

Para Munhoz, arrocho foi violento

PAULENIR CONSTAN

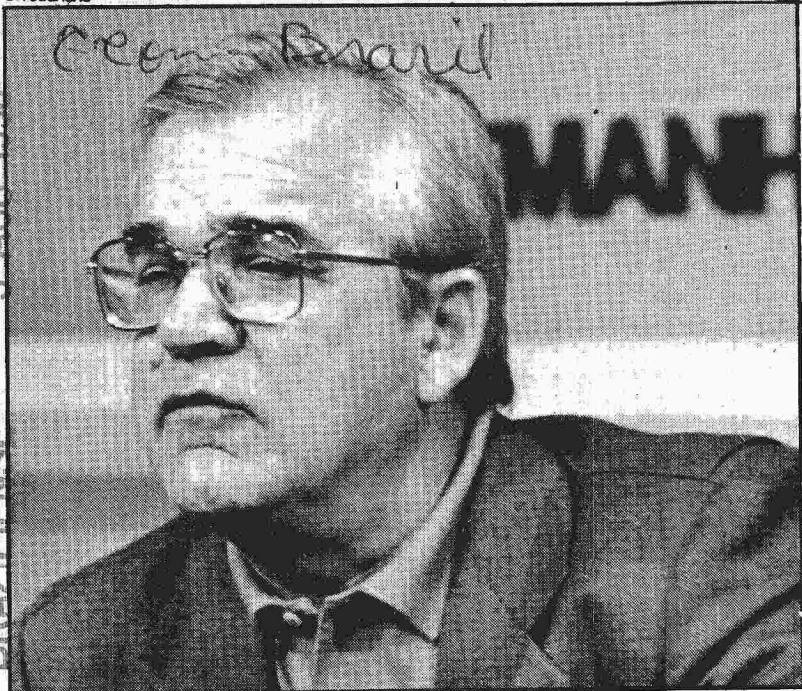
O Governo vai precisar reduzir os custos do setor produtivo, praticando uma política de rebaixamento de juros, no sentido de canalizar recursos para a retomada do crescimento econômico. Necessita, em caráter de urgência, recompor o poder aquisitivo da massa assalariada e suspender a política de contenção de demanda. Mas isso só será possível com a edição de um novo pacote, pois o Plano Collor não gerou estabilização na economia e empurrou o País para um quadro recessivo, sem garantias de manter o controle do processo inflacionário.

Esse é o quadro geral da análise feita pelo professor da Universidade de Brasília e ex-presidente do Conselho Federal de Economia, Décio Garcia Munhoz. Para ele, as três bases de sustentação do Plano — arrocho salarial, contenção dos preços estatais e controle da taxa de câmbio — já estão minadas. A política econômica, explica, “alterou profundamente a estrutura de renda retirando o dinheiro do setor produtivo”.

Décio prevê o fim do arrocho salarial, que segundo ele “foi de tal forma violento a ponto de nascer inviável”. Afirma o economista que há equívoco em fazer estabilização a partir de arrocho salarial, porque a participação desse componente no Produto Interno Bruto brasileiro sempre foi minoritária e incompatível com os demais. Estima ele que até dezembro o poder aquisitivo dos salários, em alguns casos, estará reduzindo a apenas 15 por cento do que era antes do Plano. “Com o conflito gerado pelas pressões dos assalariados e sobre os salários que tendem a crescer ocorre um estrangulamento do mercado interno e sem mercado não há economia”, afirma.

Ao afirmar durante a sema-

DIVULGAÇÃO



Munhoz prevê brusca queda no poder aquisitivo até dezembro

na que elevar as taxas de juros só produz efeito estabilizador até certos patamares e que a partir daí o processo significa apenas aumento de custos, Ibrahim Éris, presidente do Banco Central, trouxe as idéias de Décio Munhoz de volta ao cenário da discussão econômica. O professor da UnB avalia que ocorreu um acréscimo global de mais de 40 bilhões de dólares no custo do dinheiro que o setor produtivo necessita para mover o crescimento. Além disso, esclarece Décio, a elevação dos juros penaliza a dívida pública, impedindo o Tesouro de resgatar seus títulos no mercado financeiro e cumprir as anunciadas metas de superavit.

Uma análise superficial das contas públicas, a partir da execução financeira dos últimos dois meses, leva o economista a crer que pode estar havendo falta de transparência por parte do Governo. Ele lembra que não seria a primeira investida dos técnicos do Ministério da Economia no sentido de sonegar dados, para apresentar um panorama favorável. “Isso aconteceu com frequência em etapas onde se tentou a estabilização”, disse. Explica, ainda, que a desorga-

nização da economia impede com que se tenha uma noção real do que está acontecendo. “Quando você vê execução a zero, começa, a questionar”, conclui.

“É preciso analisar os balanços das empresas comparativamente ao dos bancos para se verificar o deslocamento de renda entre esses setores”, diz o economista. Mesmo tendo se manifestado na primeira hora contra o Plano, ele assegura que “é uma questão de como ele foi concebido, pois inviabilizou a estabilização. Uma política monetária envolve juros e custos do sistema financeiro e produtivo”, avalia. De forma como foi implantada a Política Monetária do Governo, o professor não vê alternativas de sustentação a médio e longo prazos. Desindexar para ele não é a questão fundamental, já que não existiria economia sem indexação.

Para complementar as críticas ao Plano, Décio classificou o confisco dos ativos financeiros — hoje restrito praticamente às pessoas físicas — como “de mero efeito pirotécnico” e defendeu a tablita como forma de equilibrar os custos do setor produtivo no caso de uma nova tentativa de estabilização.